

ENTRE OLIGARQUIAS REPUBLICANAS E IGREJA ULTRAMONTANA, UM OLHAR PARA OS ESQUECIDOS: José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras.

**M. CECÍLIA C. C.DE SOUZA - M. LUCIA S.HILSDORF
FEUSP- EDF**

A presença do Conde romano José Vicente de Azevedo (1859-1944) nos quadros da História da Educação Brasileira pode ser perspectivada a partir de um duplo enfoque, propiciado pelo constructo guestandiano da figura/fundo: sua vida e sua obra, de um lado, ganham inteligibilidade no interior do rico movimento sócio-cultural experimentado pela Província/Estado de São Paulo nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, enquanto *expressão* de uma de suas linhas de força, a tendência ultramontana; de outro, ele é *agente* de construção daquele campo, na medida em que contribue para demarcar o espaço de atuação da Igreja Católica romanizada, delimitado no confronto não só com anti-clericais, mas também com as autoridades eclesiais envolvidas com a afirmação desse novo catolicismo diante do catolicismo tradicional.

Vida e obra azevedianas desenrolam-se no período que Wernet avaliou como de transição do catolicismo iluminista para o ultramontano (1859-1907) e de auge do catolicismo ultramontano em São Paulo (1907-1938), balizado respectivamente pelos episcopados de D. Antonio Joaquim de Melo e D. Duarte Leopoldo e Silva, e Cardoso de Melo caracterizou como o de “metamorfose da riqueza”, no qual os capitais migram do mundo agrário escravista para o capitalismo empresarial moderno (1). Na intersecção desses dois movimentos o Conde ocupa posição singular, mas exemplar, ao configurar a (outra) modernidade paulista, na qual a marca da política republicana está associada à visão econômica capitalista, conformação da sociedade pela institucionalização das funções de assistência e ensino e, religiosidade e aparato organizacional ultramontanos. Nesse sentido, sua história de vida pode ser recuperada no confronto com aquela de seu *pendant*, Rangel Pestana, republicano histórico, redator e proprietário do “A Província de São Paulo”, porta-voz dos cafeicultores imigrantistas, ligado aos protestantes de matriz norte-americana e divulgador da pedagogia moderna (2). José Vicente de Azevedo também foi jornalista, político e educador, mas se Pestana é o homem público que se propõe a articular a sociedade brasileira a partir da edificação do Estado republicano, Azevedo pode ser referido ao

outro polo organizacional do período, a Igreja católica ultramontana em construção.

Como católico *romanizado* e membro de uma família pertencente às *oligarquias* cafeicultoras e empresariais da província, José Vicente de Azevedo desenvolveu em várias direções o programa de reestabelecimento da supremacia da Igreja na sociedade brasileira que marca os anos 1870-1930, influenciado por diretrizes da Sé Romana e, como opina S. Miceli, pelos acordos com aqueles setores da sociedade (3). Segundo informações familiares (4), José Vicente foi integrante durante a monarquia, da União Conservadora chefiada por Antonio Prado, pela qual elegeu-se deputado provincial nos anos 1884-85 e 1888-89. No pós-15 de novembro, procurou criar um partido católico paulista, assinando o manifesto de 26/6/1890, ao lado de Rubino de Oliveira, Miranda Azevedo, Brasília Machado e Luiz da Silva Leme. Sempre como representante da facção católica, foi deputado republicano nas legislaturas de 1898-1900, 1901-06, 1910-12, 1915-18, e senador estadual de 1925 a 1930. Ao longo de seus mandatos, propôs a destinação de verbas e loterias para igrejas e colégios católicos, segundo aquela defesa intransigente da fusão entre Igreja e Estado - e subordinação deste àquela - que encontramos entre outros possuidores de mentalidade teocrática ultramontana no período (5). Nessa linha, patrocinou também a introdução de crucifixo na sala do Tribunal do juri de Lorena, em 1929.

Como aluno da Academia de Direito de São Paulo (1878-1882), organizou e presidiu o “Círculo dos Estudantes Católicos” e redigiu o seu órgão “A Reação” (1880) - que com “O Católico”, de 1876, deu início à imprensa católica na província -, fazendo militância nos moldes da ortodoxia ultramontana. A Academia, e de resto a própria cidade, já atingida desde os inícios dos anos setenta pela “questão religiosa”, e no final dessa década, pela polêmica acerca da liberdade de ensino superior decretada pelo ministro Leôncio de Carvalho em 1879, conhecia então uma agitação sem precedentes, desencadeada pela presença de positivistas, abolicionistas e republicanos em seus quadros: seguimos aqui a sugestão de Barros, de que esse conflito de idéias levou às polarizações entre diferentes tipos de mentalidade, definindo, entre outros, o católico-conservador ultramontano, que José Vicente tão bem representa. Ainda em relação à militância pela palavra impressa, já formado e deputado provincial, desenvolveu o projeto de um jornal católico para a diocese de São Paulo, que circularia junto com a “Pequena Revista Católica” do padre Camilo Passalacqua, a ser distribuído pelos vigários e professores do interior. A idéia não se materializou, mas durante vários decênios, financiou e redigiu impressos para a leitura piedosa, folhetos e “santinhos” comemorativos, entre eles o “Boletim da Devoção de São José”,

que distribuía entre 1906 e 1932, em hospitais e prisões.

A ligação de José Vicente com o professorado católico da província certamente foi reforçada pela sua atuação como advogado e procurador de professores públicos, o que explicaria a sua eleição para o Conselho Superior de Instrução Pública da província, criação da reforma de 1885, depois suspensa e reativada em 1888. Associada ao nome de Pestana, essa reforma instituiu o ensino leigo, a divisão das escolas elementares em três graus, a intuição como método de ensino oficial, e a Escola Normal como única agência de formação dos mestres de primeiras letras, o que provocou intensa movimentação dos professores, que viram nas medidas tanto a desqualificação profissional e salarial dos professores não normalistas como a ingerência do Estado nas práticas docentes tradicionais.

Enquanto Pestana lecionava ou dava sustentação no seu jornal aos colégios americanos de confissão protestante, como o “Internacional”, de Campinas, o “Piracicabano”, de Piracicaba e a “Escola Americana”, de São Paulo, José Vicente lecionava as cadeiras de Geografia e Cosmografia no Ginásio do Estado (desde 1894) e as aulas de Geografia no curso Anexo da Faculdade de Direito (em 1892-93, como interino e a partir de 1895, como efetivo) e, dava suporte à vinda e instalação de várias congregações religiosas masculinas e femininas romanizadas, destinadas à assistência e educação escolar dos diferentes segmentos da sociedade paulista em escolas, asilos e hospitais (Irmãs de Sion, Irmãs Salesianas, Irmãzinhas da Imaculada Conceição, Irmãs de São José, Jesuítas, Irmãos Maristas, Padres Salesianos, Terciários de São Francisco, Irmãzinhas dos Pobres, e outras). Para o sustento delas, doou ou angariou terrenos, prédios e recursos financeiros (6). Outro contraponto entre as duas figuras pode ser estabelecido pela participação do Conde na fundação dos “Círculos de São José”, que entre 1889 e 1906 mantiveram escola gratuita diurna para crianças e noturna para operários, sendo apresentado por isso como pioneiro da alfabetização de adultos, ao passo que Pestana é referido a idêntico movimento desencadeado por ele e outros liberais, republicanos, maçons, positivistas e abolicionistas, desde a década de 1870.

José Vicente de Azevedo e Rangel Pestana estiveram em lados opostos na emblemática “questão do Ipiranga”, que atravessou as décadas de 1880 e 1890 e concernia ao uso dos recursos de loterias provinciais para a construção de um marco comemorativo do cinquentenário da Independência, concretizado no prédio que se ergueu naquele arrabalde da cidade, futura sede do Museu Histórico Paulista (7). Bateram-se, de um lado, os republicanos liderados por Pestana, que

na imprensa e na Assembléia Legislativa - integrando a deputação republicana das legislaturas 1882-83 e 1886-1887 - fazia campanha pela instalação no edifício de um Liceu Científico e uma Escola de Agricultura; de outro, o governo provincial e os católicos conservadores que falavam em alojar nele uma escola-asilo ou uma universidade, evidentemente, católica. Ambos os grupos foram simultaneamente perdedores e vencedores: Pestana conseguiu aprovar seu projeto em 1885, mas o Liceu e a Escola Agrícola somente seriam instalados pelo regime republicano: o Ginásio do Estado, no centro da cidade, e a Escola, em Piracicaba. Do outro lado, parte dos recursos foram destinados a colégios e orfanatos católicos: consta ter sido o Conde o autor da emenda que garantiu essa distribuição, apostrofada por Pestana como benéfica apenas "aos diretores dos colégios favorecidos".

O “caso do Ipiranga” merece destaque porque está na base da ação que deu maior visibilidade e permanência à figura de Vicente de Azevedo: o conjunto de obras pias que ele criou e sustentou, em grande parte com recursos da sua fortuna, e implantou em terreno vizinho ao do Museu. O ultramontanismo não era opositor das novas formas de riqueza, e foi certamente em função do seu particular entendimento do que seria a atuação de leigos católicos abonados na sociedade combinado a uma visão empresarial e de cálculo imobiliário que ele comprou do governo terrenos devolutos, limpos e arruados, e chácaras e outras propriedades no alto do Ipiranga, reservando parte delas para suas edificações pias: em 1889, o bairro prometia intensa urbanização e há depoimentos sobre ele ter lucrado muito quando vendeu suas terras. No entanto, fatores culturais e ideológicos devem ter sido decisivos para a escolha do lugar e o perfil do seu empreendimento, na medida em que ele, sempre associando civismo e religião, tinha planos de transformar o Ipiranga numa “cidade do Vaticano” e consagrar a “colina histórica como colina da caridade cristã” (8).

Daí a cidadela murada que ergueu no quadrilátero formado pelas ruas Nazaré, Gama Lobo, Moreira de Godói e D.Luiz Lasagna, *ao lado* do prédio do Museu, para abrigar um complexo de instituições que ganham muito do seu significado quando referidas aos acontecimentos da década de 1880:

- o “Educandário Sagrada Família”, resultante de um projeto inicial de 1890, de construção de casas-asilo para ex-escravos e uma escola agrícola para seus descendentes, que não se concretizou na época e foi retomado em 1903, como resultado de entendimentos entre o Bispo D. Antonio C. de Alvarenga, as Irmãzinhas da Imaculada Conceição e o criador da

congregação, o jesuíta padre L. Rossi, estabelecimento que a partir de 1918 funcionaria desdobrado no “Orfanato Santa Zita”, para meninas pobres e no “Colégio Sagrada Família”, para pensionistas internas;

- um colégio particular para a educação de meninas de famílias abastadas empobrecidas, o “Asilo de Meninas Orfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora”, iniciado em 1889 e inaugurado em 1896, e a sua seção masculina, uma escola profissional pensada como um Liceu católico de Artes e Ofícios (1891), depois convertida em abrigo para órfãos de imigrantes, o “Orfanato Cristóvão Colombo”;
- o “Instituto Padre Chico” para meninos cegos;
- o “Grupo Escolar São José”, opção católica aos grupos oficiais republicanos, pois nele “se aprendia o catecismo junto com a cartilha”, inaugurado em fins de 1924, sob a direção da professora Carolina Ribeiro, que se tornaria um nome importante do ensino público paulista;
- e o “Colégio S. Francisco Xavier”, dirigido por jesuítas para recrutar vocações na comunidade japonesa.

Os prédios do “Asilo Nossa Senhora Auxiliadora” e do “Grupo Escolar São José” foram desenhados pelo escritório de Ramos de Azevedo, onde trabalhava um irmão de José Vicente, evidenciando que o uso da arquitetura educacional e escolar como perene documento/monumento era um traço partilhado pelos diversos grupos sócio-culturais da época. Não é por outra razão que a iniciativa enfrentou a oposição do Barão de Ramalho, presidente da Comissão do Ipiranga, que temia ver a sua obra ofuscada pela construção de José Vicente.

Nada nos impede de levantar, a respeito da espetacular iniciativa azevediana no Ipiranga, a hipótese de uma *revanche* da Igreja contra o Estado, com a oposição solo sacralizado pelos monarquistas e republicanos/solo sacralizado pela caridade cristã. Avançando no viés metafórico, esse espaço da Igreja em São Paulo era mesmo homólogo daquele da Igreja em Roma: como a Santa Sé, a Igreja paulista tinha perdido os seus poderes temporais (pela separação da Igreja e Estado, decretada em ambos os casos), e estaria encerrada num enclave da cidade, mas da colina luzia como referência para a sociedade, obra da piedade cristã ombreada àquela do mundo secular. Melhor: competindo com a ordem temporal pelo controle da sociedade.

José Vicente também ergueu ou adornou mais de 20 igrejas e capelas, dentre as quais a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima, no Sumaré, e a Basílica de Aparecida; compôs diversos cânticos religiosos, inclusive o hino oficial das festas de Nossa Senhora Aparecida, de

quem foi devoto romeiro; apoiou o movimento das Conferências Vicentinas, contribuindo nos seus últimos anos de vida para sustentar 22 delas; e possibilitou a criação, em 1937, do Bispado de Lorena, sua cidade natal, ao doar diversas propriedades familiares para servir de Palácio episcopal, Cúria e Seminário menor, constituindo o patrimônio da Diocese. Em Lorena ainda, projetou o conjunto iniciado em 1904 e inaugurado em 1927, das “Casas dos Pobres de São José”, para ex-escravos e seus descendentes, desenho do arquiteto Max Hehl representando o rosário: 50 casas em grupos de 10, com a capela em forma de cruz, para o qual doou terrenos e tijolos e foi ultimado pelo tio materno, Conde de Moreira Lima, quando provedor da Santa Casa local

O apodo de “sacerdote-leigo” que lhe foi dado em razão da particular sensibilidade religiosa e ativa caridade que exibia (9) talvez seja bastante adequado para caracterizar a idéia que ele tinha do católico romanizado: já não se disse que ele esperava das mestras de seus educandários que fossem outras tantas “professoras-sacerdotes”, educando na piedade cristã? No entanto, ela não correspondia àquela imagem desenvolvida pela *hierarquia* da Igreja, na época: nada mais contrário ao sentido então emprestado pelo catolicismo ultramontano ao laicato, definido como diferente e desigual em relação aos padres. Clero e fiéis estavam separados e hierarquizados na Igreja romanizada, marcada pelo esforço de superação dessa atitude de assemelhamento, tão característica do catolicismo tradicional, em que os padres se comportavam como os homens do mundo. Desde os fins do Império, os bispos se opuseram às tradicionais irmandades leigas - integradas por figuras ilustres das oligarquias locais que controlavam os centros de devoção e as rendas advindas pelo regime do padroado, muitas vezes usadas para fins privados - destituindo os antigos dirigentes, nomeando pessoas de sua confiança, regulamentando as festas religiosas, criando outras associações que difundiam novas práticas devocionais, e vendendo propriedades com zelo empresarial para garantir recursos para as obras-símbolos dessa nova igreja: palácios episcopais, catedrais, seminários e jornais e colégios para as classe abastadas.

Ora, José Vicente teve uma participação fundamental nessas iniciativas da hierarquia eclesiástica católica, no contexto daquela interlocução com os setores sociais das oligarquias referido por Miceli, mas certamente ele extrapolava as expectativas que os bispos tinham acerca do desempenho institucional de um leigo abonado, apresentando procedimentos que a hierarquia eclesiástica romanizada passara a reservar para si: agir por iniciativa própria, fazer escolhas,

projetar, convidar, fundar, erigir, comprar, dispor, doar, insistir e controlar. Se o Papa acabou por nomeá-lo Conde romano pela sua representativa benemerência, sua atuação encontrou, de outra parte, a resistência local de bispos e diretores de congregações: paradimáticos são os casos do “Liceu” masculino, cuja direção José Vicente esperava entregar aos salesianos, mas não teve o apoio do superior deles, que tocava o seu próprio “Liceu Coração de Jesus”, no bairro Campos Elísios, e das Dominicanas Francesas contemplativas, que ele insistiu em abrigar nos fundos do terreno do Ipiranga, deparando-se com a oposição do Bispo D. Duarte - e ao que parece, das próprias irmãs -, que foram afinal instaladas em Vila Formosa.

Talvez o episódio mais expressivo da imposição de limites à ação de José Vicente (e mais amplamente, da definição do papel do laicato nos assuntos da Igreja) ocorreu em setembro de 1911, quando D. Duarte determinou que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo, da qual ele era Provedor desde 1890, se limitasse a cuidar das cerimônias do culto. A medida retirava da irmandade a administração, vale dizer, o uso de recursos - das obras no Ipiranga e de outras iniciativas azevedianas, inclusive de um hospital, cujo prédio seria mais tarde ocupado pelo “Instituto Padre Chico”. Da natureza e da extensão do poder concentrado pela Provedoria, e pelas Irmandades em geral no interior do catolicismo tradicional, dá bem uma idéia o fato de José Vicente, invertendo a prática republicana de secularização das instituições, ter obtido a construção de um cemitério particular para a Irmandade, inaugurado em 1899.

Na outra margem do campo onde se moviam os católicos romanizados do período, isto é, no âmbito das relações com o próprio poder oligárquico, José Vicente provocou/sofreu as mesmas tensões: por exemplo, ao fundar o seu grupo escolar católico, que chegou a ser fechado pelo governo do Estado e passou a funcionar amparado por um mandado de segurança. E, se ele escolheu as duas diretoras que trabalharam na instituição, as professoras foram designadas pelo Estado.

É o momento então, de olhar de novo a figura do Conde, e representá-la articulada pelo catolicismo *tradicional*: se no plano do instituído ele se move segundo o catolicismo romanizado, seu desejo instituinte é aquele da preservação do catolicismo que independe das autoridades/da hierarquia eclesiástica para ser praticado. Romeiro, devoto de santos populares, dirigente de irmandades leigas, fundador de capelas e obras pias, é exemplar *também* pelo seu modo carismático de estar no mundo (10), dissonante à modernidade que emoldurou a sua vida.

Se na transição do século XIX para o XX, a Igreja católica romanizada é caracterizada

pelo trabalho junto às elites, a organização clerical, e o pequeno envolvimento com camponeses e operários, a atuação de José Vicente se afasta ainda dessas marcas pela atenção que deu aos ex-escravos e seus descendentes.

Talvez nesse aspecto, sua história política e sua ação como agente educacional ilumine um problema quase sempre ignorado ou colocado de lado, pelo mal-estar que causa, e que pode ser sintetizado no aparente paradoxo de que políticas liberais republicanas apresentam-se algumas vezes como conservadoras, e agentes claramente conservadores, quer pela sua filiação ao ultramontanismo, quer por sua percepção anti-liberal e anti-modernizante da sociedade, apresentam ações e atitudes avançadas, denunciando por vezes, de forma aguda, os limites antipopulares desse liberalismo modernizador. Ao se mostrar interessado em destinar asilos e obras de caridade aos ex-escravos e aos descendentes de escravos, José Vicente denuncia uma dívida social que as atitudes republicanas insistiam em ignorar e esquecer, prenunciando o feroz, mas reprimido e disfarçado, racismo da sociedade brasileira.

A província contava com uma significativa população negra. A suspensão do tráfico negreiro intercontinental, por força da lei Eusébio de Queiroz, efetivamente assumida durante o Império, transformara São Paulo, nas décadas anteriores à Abolição, num mercado consumidor de escravos importante e na zona agrícola que mais absorveu, ao longo do século XIX, a população escrava. A província foi abastecida tanto pela rota do tráfico interno que, procedente do Nordeste e do Rio Grande do Sul, passou a prover a lavoura cafeeira quanto lucrou com o contrabando ilegal de escravos, vindo diretamente da África. Ao contrário do que diz certa historiografia paulista, quando acentua a ideologia progressista dos fazendeiros e dos primeiros empresários paulistas, a elite agrária da Província de São Paulo, durante a maior parte do século XIX, apresentou-se como bolsão renitente de um escravismo extremamente violento. A recusa do Partido Republicano paulista de incluir no seu projeto a proposta abolicionista, que levou Raul Pompéia a dizer dos republicanos paulistas "*Vosso barrete frígido é um coador de café!*" é ilustrativa deste fato. O estatuto da fundação do partido em Itú, preferiu substituir a moção de Luiz Gama a favor do abolicionismo, por uma cláusula que propunha a educação prévia dos escravos, antes de qualquer ação em favor de sua liberdade. Pois bem, nem isso foi cumprido. A relação da escola com a formação da mão-de-obra livre, no caso dos pretos, não se colocava como uma alternativa real para os senhores. Mesmo com a escola, não acreditavam poder confiar no trabalho de ex-cativos como assalariados, visto que estes não se adaptariam, segundo eles, à

cultura do trabalho incentivado pelas necessidade de integrar-se às regras da disciplina operária, nem poderiam ser tangidos pelo sonho de ascensão social, nem pelas demandas de consumo numa sociedade industrializada. Reduzidas pela escravidão, suas necessidades eram poucas, diante do racismo, as possibilidades de ascensão, quase nulas. Ao mesmo tempo, temiam o imigrante, cujas mesmas necessidades tinham, para eles, um porte perigosamente maior – temiam ter que pagar bons salários.

Nos limites desse trabalho, não se pode explorar suficientemente o que o rápido crescimento das cidades, como São Paulo, deixou à sombra: as desfigurações sucessivas que sofreu, através de seus projetos urbanísticos, ao longo da primeira metade do século XX, podem ser vistas como estratégias de ocultamento daquilo que os mitos do bandeirantismo preferiam reprimir como sinal de atraso: a cultura caipira, as marcas do escravismo, o catolicismo popular. Basta lembrar, nesse sentido, as sucessivas posturas contra as festas populares e os ajuntamentos de negros nos bairros centrais. Posturas municipais impediram, por exemplo, que um tradicional reduto dos pretos, o Largo do Rosário, fosse local de passagem das procissões. Depois, durante o governo de Antonio Prado, a escolha intencional desse Largo, com suas confeitarias e restaurantes refinados, como local de encontro das elites locais, e a transformação do Largo na Praça Antonio Prado, com a necessária desapropriação e expulsão de seus moradores negros e a derrubada de seu tradicional local de culto, a Igreja do Rosário. José Vicente de Azevedo, teve por sinal, nesse episódio, especial sensibilidade contra a violência das autoridades e planejadores urbanos. Não só colocou-se contra a derrubada da Igreja, como doou terreno no bairro do Sumaré para a reconstrução de uma nova Igreja Nossa Senhora do Rosário, que por solicitação da colônia portuguesa, foi chamada também de Igreja Nossa Senhora de Fátima.

A especial crueldade dessa atitude modernização, que previa fazer de São Paulo uma cidade européia, para não dizer uma cidade branca, pode ser ilustrada num depoimento de Sylvio Floreal (11):

“As pretas velhas, sempre muito faladoras, gingando sobre as pernas, com um litro de paraty na cabeça, systematicamente, sem que ninguém as interrogue, vão mencionando a folha corrida de sua existência atribulada e faminta: - Fui escrava da família tal, Fulano e Cicrano mamaram no meu peito. Hoje passam por mim na rua, fingem que não me conhecem e se desviam da gente como de um cachorro tihoso!”

Assim, não deixa de ser significativo o desejo de José Vicente de Azevedo de reparação,

numa atitude que parecer estar na contra-mão da História. Dessa forma, ilumina-se com especial significado sua iniciativa de construir, destinando para ex-escravos o “Educandário Sagrada Família”, através de projeto de 1890, também da construção de casas-asilo para velhos ex-escravos e de uma escola agrícola para seus descendentes. É dele o projeto para educação de meninas negras, retomado em 1903, e que a partir de 1918 funcionaria desdobrado no “Orfanato Santa Zita” e no “Colégio Sagrada Família”. É mencionado na escritura de passagem de posse definitiva dos terrenos, em 1943, o fato que José Vicente de Azevedo insiste em destiná-los especialmente *aos nossos irmãos em Jesus Cristo, os ex-escravos e seus descendentes*. Embora a transformação das entidades assistenciais destinadas aos negros em obras caritativas destinadas aos pobres, de maneira geral, acabe por encobrir os desejos expressos do Conde, sua insistência, que permanece até 1943, dessa injustiça, aparece, nesse contexto, como especialmente pungente. Embora derrotado, não foi, nos limites de sua percepção do problema, omissivo. Pela iconografia restante do "Orfanato Santa Zita", não se deixa de se perceber rostos de meninas negras, atrás de meninas brancas, postadas em primeiro plano. (12)

Porém, a respeito da educação dos negros e sua história, ou diante da omissão republicana, permanece um silêncio que mostra que a continuidade histórica pode ser também perversa. Assim, o trabalho de Mary Francisca Guimarães, de 1996, (13) procura levantar algumas hipóteses sobre a maneira pela qual alunos, pertencentes a diversas etnias, posicionam-se em relação ao preconceito contra a população negra. O estudo conclui que a ideologia da “democracia racial” e o ideal de “branqueamento da raça” prevalece ainda hoje nesses alunos, levando-os a se posicionarem todos, inclusive os negros, frente a um ideal fixo de referência de beleza branca. Construindo escalas de proximidade a esse ideal branco, os alunos, na maioria mestiços, incorporam diferentes “inferioridades”, relacionadas inclusive a si próprios, mas referem-se aos negros como os “mais inferiores do que todos os inferiores”. Entre os estudantes negros, homens e mulheres, o preconceito e a discriminação racial é percebido, mas os jovens preferem ignorar o preconceito, sem reagir, numa posição de impotência e silêncio. Contraditoriamente, a explicitação do preconceito é percebida e coibida nesses alunos: *“Porque somos ditos todos iguais, determina-se que não se deve polemizar, por isso está instituído o silêncio como resposta. Pelo silêncio é que a sociedade brasileira se protege do chamado ódio racial... mas as falas dos alunos demonstram que não há mais vendas sobre os olhos; como pôde ser constatado, todos sabem”*.

- 1 Wernet, Aug. “Os primórdios do ultramontanismo em São Paulo (1851-1906): perspectivas de pesquisa”. *Anais da IV Reunião da SBPH* (1985), ; Melo, Z. C. de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo 1845-1895*. S. Paulo: Hucitec/SMC, 1985.
- 2 Hilsdorf, M.L.S. “Francisco R. Pestana: jornalista, político, educador”. S.Paulo: Feusp, 1987.
- 3 Miceli, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. R. Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988. Miceli procura mostrar que a Primeira República foi um período de construção institucional da igreja no Brasil (e não de dificuldades, por conta da separação Igreja-Estado). Tendo que lidar com 2 interlocutores sociais - o Vaticano romanizado, que quer as obras pias sob o controle dos bispos e não mais das irmandades, e as oligarquias, determinantes para a cultura organizacional dos prelados que passa pelas alianças com setores oligárquicos -, Miceli vê esse processo como romanização à brasileira (p. 28).
- 4 Franceschini et alii, M.A .V. de A. *Conde José Vicente de Azevedo - sua vida e sua obra*. 2ª. ed. ampliada. S. Paulo: Fundação N.Sra. Auxiliadora da Ipiranga, 1996, da qual são retiradas todas as informações sobre a vida do Conde.
- 5 Para exemplos das décadas finais do século XIX, ver Barros, R.S.M. de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. Para os anos 30, o caso estudado por Freitas, M.A de.
- 6 Entre outras, contribuiu para a construção do prédio do liceu Salesiano, doou 10000m2 para a construção do hospital da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio”, ofereceu casas e terrenos para a Caixa de Caridade de Lorena.
- 7 Sobre a “questão do Ipiranga” ver Hilsdorf, M.L.S. “Nas colinas do Ipiranga: palacete-asilo, escola ou museu ? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-USP*, 39 (1993): 145-155.
- 8 Franceschini et alii, respectivamente pp. 189 e 122.
- 9 Idem. , pp 151 - 152.
- 10 A sugestão é de Mainwaring, Scott. *Igreja e política no Brasil, 1916-85*. S.Paulo:Brasiliense, 1989.
- 11 *Ronda da Meia Noite: vícios misérias e esplendores da Cidade de São Paulo*. S. Paulo, Typ. Cupolo, 1925, p. 26
- 12 A respeito dessa instituição ver: Abbade, Marinel "Colégio Sagrada Família: a trajetória singular de uma escola para meninas. São Paulo 1903 - 1940 " in *Atas do Primeiro Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, 1998, vo. II : 567 - 575.
- 13 *Preconceito racial em questão*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Educação,UFMG, 1966. P. 125.